



NOTAS DE REUNIÃO, 15 DE ABRIL DE 2020

- Teve lugar no dia 15 de abril de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **11ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Marco Palermo e Breno Zylberzstein, da SP Urbanismo; Pedro Algodal e Adriana Palheta, de SIURB; Vanessa Padiá, Ivan Shirahama, Maria José Gullo e Jenny Zoila, de SEHAB; Gustavo Rabello e Cinthia Sanchez, de SGM; Irineu Gnecco Filho, de SMG; Maurício Tonin, da PGM; Thor Saad Ribeiro e Bruno Janini, de SMDU; Guilherme Checco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade; Marussia Whately, Mauro Scarpinatti e Mauricio Ramos de Oliveira, da Aliança pela Água; Raphael Guerrero e Renato Zuccolo, do Instituto de Engenharia; Antonio Carlos dos Santos, especialista convidado.
- Marco Palermo, como coordenador, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e iniciando pelo ponto 1 da pauta: o comunicado de que a ARSESP suspendera suas ações de fiscalização. Informou que notificou os secretários municipais, que consideraram a iniciativa inadequada e que se prontificaram a entrar em contato com o Secretário Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente.
- Os presentes foram unânimes em considerar que as atividades de fiscalização são imprescindíveis e não podem ser suspensas por razão da crise do Covid-19. Não haveria condições de a Prefeitura assumir tais tarefas de forma emergencial. Foi apontado que o Decreto Federal nº 10.282/2020, que regulamenta os serviços essenciais, dispõe do saneamento como atividade essencial não passível de paralisação. Decidiu-se pelo encaminhamento de comunicação à ARSESP pedindo o embasamento legal da paralisação e rogando a reativação das atividades de fiscalização, com as devidas adaptações para a crise.
- Seguiu o debate para o segundo ponto de pauta, a saber, as ações emergenciais em relação à crise do Covid-19. A pauta da reunião listava inicialmente para o debate:
 - 2.1. Revisão dos procedimentos de redução de pressão nas redes, considerando possíveis alterações nos picos de consumo.
 - 2.2. Ampliação do armazenamento de água em pontos críticos já conhecidos pela prestadora de saneamento e/ou mapeados pelas instituições públicas ou privadas.
 - 2.3. Construção de reservatórios para acesso emergencial à água potável em áreas onde o serviço público ainda não está disponível.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

2.4. Distribuição de água por meio de caminhões pipa, com garantia de sua qualidade.

2.5. Instalação emergencial de torneiras e banheiros em espaços públicos.

2.6. Controle e adequação com ARSESP do andamento das obras previstas no programa de investimentos e metas.

2.7. Cronograma para avançar nas ações para prover segurança hídrica em favelas e núcleos irregulares.

2.8. Outras propostas de ações consideradas necessárias.

- Foram destacados pelos presentes dois pressupostos fundamentais: que a Prefeitura tem a capacidade de integrar as políticas públicas no território municipal para atuar nas ações de contingência e emergência face à pandemia e, como poder concedente dos serviços de água e esgoto, tem a obrigação de garantir segurança hídrica para toda a população, com acesso ao abastecimento de água, conforme preconizado no Plano Municipal de Saneamento, instituído pelo Decreto Municipal nº. 58.779 de 2019.
- Os membros da comissão enfatizaram a importância de coordenar ações de diferentes secretarias e Sabesp no atendimento de populações vulneráveis, com destaque para moradores de aglomerados subnormais, ocupações e população de rua. Foi decidido que será construído um plano para o diálogo com a Sabesp. Para isso, é necessário mapear as áreas e populações críticas, e formas de intervenção possíveis, a partir dos dados de SEHAB e SMDU, o que será feito até sexta-feira. O monitoramento das ações será realizado por meio do Sistema de Informações Compartilhadas, quando convier.
- Foi esclarecido que a Lei municipal nº. 17.335 de 2020 dispôs sobre a utilização dos recursos em fundos vinculados para uso em ações de combate ao Covid-19.
- Foi informado também que a Sabesp não teve seus recursos contingenciados, pois não é uma empresa pública dependente.
- Sobre o processo de revisão da estrutura tarifária da ARSESP, foi informado que o cronograma não foi alterado por conta da crise. A proposta de nota técnica da



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

Prefeitura foi disponibilizada aos membros, e será tema de debate na reunião seguinte.

- Por fim, o terceiro ponto de pauta foi debatido, a saber, a proposta de construção de um Plano Diretor de Controle da Poluição Difusa. Pedro Algodoal informou que a proposta partiu de uma provocação da Secretaria de Relações Internacionais, e pode contar com apoio da União Europeia. O combate à poluição difusa depende da Prefeitura e da Sabesp, e depende de se equacionar o financiamento das ações, como obras e conscientização. SIURB está elaborando um texto síntese, a ser disponibilizado para os membros para coleta de contribuições.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 23/04/2020, das 15h-17h, com participação da Sabesp, e se comprometeu a lavrar a presente ata.